

## O impacte dos media sobre as reformas no Leste

ALEXANDR A. JEBIT\*

É do conhecimento geral que a informação do ponto de vista sistémico é indispensável para o desenvolvimento equilibrado e para a sobrevivência de qualquer organismo biológico e social. A carência ou a falta de informação resulta em que o destinatário perde a capacidade de se orientar no espaço exterior e de reagir adequadamente aos desafios da ordem exógena. De uma maneira geral, a receptividade da informação determina o grau da adaptação de qualquer sistema ao meio ambiente quer de natureza orgânica quer social.

No entanto, no mundo dos media ainda continuam, embora de maneira mais atenuada e menos afirmativa, a vigorar dois conceitos tradicionais contraditórios que originam no essencial da concepção etnocêntrica e estritamente nacional da política do Estado-nação, isto é, dos factores endógenos.

Por um lado, o conceito ocidental da imprensa livre é baseado na premissa de que uma sociedade democrática e aberta necessita de cidadãos bem informados para poder funcionar de uma maneira eficaz. Teoricamente, a informação é vista como «a charneira vital entre o governo e os governados».<sup>1</sup>

Por outro lado, a concepção da informação politizada faz supor que os meios de comunicação social constituem um recurso nacional e têm de servir o processo de desenvolvimento interno através da mobilização da opinião pública. Portanto, considera-se que não há e não pode haver informação neutra. Os proponentes deste ponto de vista destacam a ideia de V. I. Lenin de que «uma literatura realmente livre» é aquela que é «abertamente ligada ao proletariado».<sup>2</sup>

---

\* Professor Catedrático agregado da Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS.

<sup>1</sup> Righter, Rosemary. *Whose news? Politics, the Press and the Third World*. Thetford, Norfolk: Burnett Books, 1978, p. 16.

<sup>2</sup> Lenine V. I. Obras escolhidas em seis tomos. Lisboa: Edições "Avante!", 1984, Tomo 1, p. 281.

O primeiro conceito facilita alegadamente a aproximação à verdade objectiva que, expressa pela imprensa livre, é passível de várias interpretações. Em consequência do pluralismo inerente, a imprensa livre, sendo influenciada por percepções matizadas da realidade, deve apresentar uma imagem multifacetada desta e auxiliar a sua compreensão.

O segundo conceito, pelo contrário, não admite aquela objectividade que não se compadece com o sistema de valores bem determinados.

Embora a imagem da polaridade das visões sobre os media e o seu papel na vida social seja do agrado dos teóricos saudosos da luta das contradições hegelianas, na prática quotidiana tudo é muito mais complicado. Acima de tudo porque nas relações internacionais os referidos conceitos não bastam para explicar a complexidade do mundo em que vivemos. A delicadeza do problema da informação já se verificou na época da bipolarização ideológica quando foram anunciados os pressupostos da constituição de um novo ordenamento no âmbito da informação pelos não alinhados em 1973, bem como no famoso relatório de Jan Tinbergen *The Reshaping of International Order* proferido no Clube de Roma em 1975. Escusado será dizer que o carácter universal da informação tornou-se óbvio quando se manifestou a erosão das estruturas internacionais do pós-guerra e o prisma ideológico se coloriu em arco-íris em vez de ser desesperadamente em preto e branco.

Daí que haja necessidade de um terceiro conceito da informação que extravase a problemática de cariz bipolarizado ou estritamente nacional, que ultrapasse os paradigmas de valores não coincidentes e que se apresente como fenómeno de valor neutral, comum a todos os Estados, regimes sociais, indivíduos, e como um factor indispensável para a actuação, a adaptação e a sobrevivência dos organismos sociais no sistema exterior. Caso contrário, o organismo cujo relacionamento com o mundo exterior seja doseado, se não cortado, seria condenado à decadência.

Por conseguinte, o papel da informação reveste-se de uma importância cada vez mais acentuada para o sistema das relações internacionais cujo carácter transnacional se toma tanto mais pronunciado quanto cresce e aumenta a integridade e a interdependência do mundo em que vivemos.

Daí que o problema da influência dos meios de comunicação social não possa ser avaliado somente em termos do impacte do Ocidente sobre o Leste, o que, a meu ver, seria mais uma profecia ideológica do processo do relacionamento leste-oeste. Trata-se sobretudo da influência da informação como factor universal no sistema internacional, que, proveniente

do Ocidente pelas razões evidentes da ordem tecnológica e civilizacional, influenciou, como não podia deixar de ser, a evolução dos sistemas fechados ou munidos de filtragem da informação. Sendo os «filtros» dotados de óptica unidimensional, a informação de ordem universal, portadora das vozes da humanidade e mais sublime do que um filtro de matriz classista, entrava em choque com uma muralha da China (no presente caso com o muro de Berlim), condenando a sociedade semifechada ou entreaberta à estagnação e ao atraso. Põe-se desde logo o problema da incompatibilidade entre a informação de carácter pluralista ou universal e a sua filtragem ideológica unidimensional.

Por esta razão o impacto dos media ocidentais sobre as reformas no Leste é em grande medida o problema da penetração através dos filtros, isto é, das barreiras para a entrada livre da corrente da informação pluralista nas sociedades fechadas. E nesta óptica o referido impacto reparte - se em três facetas principais.

### **Permeabilidade das fronteiras**

Em primeiro lugar o enquadramento global da *perestroika* na União Soviética e das reformas no leste da Europa pressupõe a colocação do problema da permeabilidade das fronteiras das sociedades fechadas pela corrente da informação livre. Tanto a *perestroika* como as revoluções do Leste têm origem, em meu entender, na incompatibilidade entre a evolução do sistema internacional global e o retrocesso autárcico do bloco soviético que nas décadas 70 e 80 se tomou flagrante em todos os planos - político, ideológico, económico, tecnológico, cultural e moral. Portanto, o que nós presenciamos presentemente no Leste é o início do processo da homogeneização das estruturas da organização interna e do relacionamento externo.

Ao considerarmos o lugar e o papel dos meios de comunicação social no processo das reformas na União Soviética podemos tirar a conclusão de que a entrada da corrente livre da informação tem sempre encontrado obstáculos fortemente ideológicos que só se tomou possível transpor com a desideologização operada não apenas no âmbito das relações interestatais dentro dos moldes da nova mentalidade política da URSS mas sobretudo no da organização social interna.

Há quem diga que a desideologização se aplica somente às relações interestatais e que o universalismo de valores não passa de mais uma ideologia. Não posso senão discordar de ambas as afirmações. Em primeiro lugar porque o fenómeno da política externa não pode ser desligado da evolução interna. Aliás a concessão da liberdade de expressão pluralista

nos países do Leste significa a renúncia ao monopólio de uma única ideologia no plano interno, e isto repercute-se inevitavelmente no exterior. No caso da União Soviética verificámos a influência inversa da actuação pluralizante, para não dizer pluralista, da política externa sobre a evolução ideológica interna. Em segundo lugar o universalismo de valores, pelo menos no quadro da sua aceitação generalizada e imparcial, representa a única maneira de ver as ameaças globais e não só globais, a mais apropriada maneira de ser que é produtora face às referidas ameaças, e se esse universalismo fosse incorrecto o pluralismo existente de matrizes filosóficas e de atitudes políticas multidimensionais permitiria a afirmação do contrário, o que quer dizer que o universalismo como a convergente de variadíssimos valores é mais próximo à ciência humana do que a ideologia ou a religião.

A renúncia ao unipartidarismo e ao monopolismo do Estado e o augúrio do multipartidarismo e do pluralismo do desenvolvimento social operados na União Soviética e nos países do leste europeu são sinais da vitória da concepção da sociedade civil sobre a da sociedade de classes antagónicas. Nesse sentido a desideologização infligiu golpes de misericórdia ao neostalinismo que prosperava nas sociedades do Leste com poucas e incompletas excepções desde os meados da década 60 e que se consumou na «literatura do Partido» para todo o povo, na supressão da liberdade de expressão por não poder haver «a liberdade absoluta», na perseguição política e judiciária pela expressão livre das ideias discordantes, na perpetuação do princípio do realismo socialista nas artes, na transformação da crítica em autocrítica, e assim por diante.

O mecanismo stalinista e neostalinista do secretismo e da doutrinação produzia e sustentava uma espécie de «imunidade» ideológica da sociedade soviética contra o vírus da «influência burguesa», a referida «imunidade» não podendo existir a não se apoiar, para além da ideologia, sobre os meios puramente técnicos que não permitiam que fosse divulgada a informação contrária ao que o partido e o governo se orgulhavam de profetizar.

Quando se fala do impacte dos media ocidentais sobre as reformas no Leste é muito duvidoso que se trate meramente do da imprensa escrita, porque tecnicamente é bastante mais fácil bloquear a divulgação da imprensa considerada indesejável de que não permitir difundir a informação por outros meios. Desde os anos 20 houve na União Soviética um órgão de censura - Glavlit - que, muito curiosamente, para além de salvaguardar os segredos do Estado, o que foi o seu principal objectivo, protegia o cidadão soviético, puro e inocente, dos «segredos» políticos, económicos e culturais que os media ocidentais pretendiam partilhar com ele. Só um punhado de ideólogos escolhidos tinha acesso à informação ocidental mais ou menos completa para poder apresentar aos cidadãos uma

«análise crítica» do ponto de vista «ocidental» ou para esquecê-la. Quanto à população leitora em línguas estrangeiras ela tinha liberdade de ler exclusivamente fontes ocidentais comunistas que também amiúde foram sujeitas à censura em ocasiões críticas.

Enquanto a divulgação da imprensa escrita era inteiramente controlável pelo Estado, o mesmo não sucedia com a rádio ou a televisão ocidentais. Isto foi a razão pela qual estações de interferência (*jamming*) foram instaladas quase por toda a parte do território do país para não permitir ouvir transmissões da Voz da América, da BBC e de outras emissoras que «faziam propaganda» em língua russa. Estas instalações «cobriam» mais ou menos eficazmente os grandes centros urbanos, não bastando a sua cobertura a todas as regiões, especialmente às zonas fronteiriças, as quais, portanto, eram mais informadas e, portanto, mais «influenciadas».

No tocante à televisão, não acho que o facto de a União Soviética ter optado pelo sistema SECAM francês fosse devido somente a considerações de ordem económica e política no sentido de favorecer a détente sovieto-francesa nas décadas 60 e 70.

Havia, creio eu, outras razões como, por exemplo, a não coincidência do SECAM com os sistemas nos países vizinhos da Europa ocidental. No entanto, a influência da televisão ocidental sobre as regiões fronteiriças da URSS e sobre os países do leste europeu não foi negligenciável. Não se podia deixar de ver a televisão de Berlim Ocidental em Berlim Oriental ou a da RFA na ROA, ou a da Finlândia ou da Suécia em Tallinn, ou até a da Polónia dos anos 80 (aliás bastante ocidentalizada) na Bielorrússia ou na Ucrânia.

Todavia, o impacte dos media ocidentais sobre o Leste na sua expressão mais íntegra e directa não teria sido tão profundo, se não tivessem evoluído os mecanismos jurídicos internacionais da legitimação que permitissem a transponibilidade plena e quase incondicionada deste impacte através das fronteiras.

### **Os mecanismos da legitimação**

A legitimação do princípio da liberdade de expressão tem uma história longa. Em 1945 na Carta das Nações Unidas e em 1948 na Declaração Universal dos Direitos do Homem, esta liberdade foi internacionalmente proclamada. Em 1966 o Pacto sobre os direitos cívicos e políticos consagrou no direito internacional o princípio do livre intercâmbio da informação. Mas passaram respectivamente 40 e 22 anos antes que os soviéticos e os cidadãos dos países do Leste, na sua maioria predominante, pudessem ler os textos autênticos da

Declaração e do Pacto, o que em si é um facto sem paralelo se tivermos em conta que a URSS e outros países do Leste subscreveram estes documentos de significado extraordinário na altura da sua aprovação.

Mas o processo fundamental ao qual se deve a maior abertura na legitimação da penetração da informação nas sociedades do Leste tem sido o processo da CSCE ou de Helsínquia. A primeira onda de choque informativo legalizado e legalmente aceite remonta à assinatura e à posterior publicação da Acta Final de Helsínquia, o que providenciou suportes legais para a actuação dos grupos de observância dos entendimentos de Helsínquia em todos os países do Leste. Se julgássemos os passos dados naquela altura dentro dos moldes políticos e ideológicos de então, poderíamos afirmar que os dirigentes soviéticos transgrediram os padrões ideológicos tradicionalmente aceites, tendo trocado a afirmação do statu quo pela aceitação parcial dos valores discordantes da lógica classista.

Como é notório, os Estados participantes da CSCE comprometeram-se na Acta Final a «facilitar a divulgação cada vez mais livre e ampla da informação de qualquer natureza, encorajar a cooperação no sector da informação e do intercâmbio da informação com outros países, melhorar as condições nas quais jornalistas de um Estado exercem a sua profissão num outro Estado».<sup>3</sup> No entanto, a estratégia soviética do não acatamento do terceiro *basket* (como se soube recentemente, ouviam-se na altura os gracejos nos corredores do poder de que o terceiro cesto iria ficar sem fundo) resultou no fracasso do desanuviamento e contribuiu para a deflagração da «segunda guerra fria».

Os sinais do degelo no tocante à informação, embora num domínio específico, apareceram em 1986, quando a Conferência sobre as medidas do reforço de confiança e de segurança e sobre o desarmamento em Estocolmo, realizada em conformidade com o mandato elaborado durante o encontro dos representantes dos Estados participantes na CSCE em Madrid (1980-1983), trouxe resultados surpreendentes de abertura no domínio militar. As medidas obrigatórias de controle e de verificação sobre a movimentação dos exércitos europeus, da limitação do nível e do volume da actividade militar sujeita a notificação, inclusive o acordo sem paralelo na história diplomática - inspecções *in situ*, converteram a informação militar do objectivo cobiçado dos serviços secretos e dos do reconhecimento militar numa fonte do reforço de confiança entre os dois blocos opostos, tomando quase impossível a deflagração dum conflito por motivos que tinham causado a guerra do

---

<sup>3</sup> Acta Final de Conferência sobre a Segurança e a Cooperação da Europa (Helsínquia, 1 de Agosto de 1975). Em: Legado político do Ocidente (O Homem e o Estado). Lisboa, 1988, p. 381.

Peloponeso entre Atenas e Esparta por haver na Europa desde 1986 uma confiança baseada na verificação para afastar quaisquer percepções falsas da superioridade do poder segundo o cenário de Tucídides.

Esta abertura dos blocos militares em matéria outrora sagrada e intocável reuniu condições para um ano mais tarde possibilitar a assinatura do Tratado da eliminação dos mísseis de curto e médio alcance soviético-americano com o regime de controle e verificação extraordinariamente mais sofisticado.

Mas foi essencialmente o Documento de Viena de 1989 que reflectiu a alteração radical do quadro do relacionamento tradicional entre o Leste e o Oeste bem como exerceu a sua própria influência sobre esta alteração. A evolução sem precedentes da atitude soviética durante o encontro *follow-up* em Viena (1986-1989), que se verificou desde os meados do Verão de 1988, coincide em traços gerais com a democratização no seio do PCUS e do aparelho do Estado a partir da XIX Conferência do PCUS em Junho de 1988. Foi nesta altura que se sobrepuseram as duas tendências convergentes da ordem interna que contribuíram fortemente para as transformações da mentalidade obsoleta:

- a maturação das condições políticas internas nas sociedades do Leste motivada pela renúncia voluntária e consciente pela parte dos dirigentes soviéticos (embora a declaração política a este respeito date do mês de Dezembro de 1989 quando a reunião dos dirigentes dos Estados participantes no Tratado de Varsóvia condenou a invasão de 1968 da Checoslováquia)<sup>4</sup> à doutrina de soberania limitada, conhecida vulgarmente como a doutrina de Brejnev;

- a extensão desta renúncia à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o que resultou no abandono do controlo político e militar directo não só dos países do Leste mas, extraordinariamente, também das repúblicas soviéticas sob o pretexto de «não recurso à força» e da necessidade da procura das soluções por meios pacíficos.

Acresce que a alergia na União Soviética em relação a quaisquer soluções de ordem militar foi consequência do trauma físico e moral da guerra do Afeganistão de onde a União Soviética começou a retirar-se precisamente a partir de Maio de 1988.

As consequências directas do Documento Final de Viena começaram a projectar-se sobre a vida interna das sociedades do Leste criando o ambiente favorável às transformações democráticas.

---

<sup>4</sup> Vestnik MID SSSR. N.º 24 (58), 31 de Dezembro de 1989, p. 43.

A emigração da União Soviética para o estrangeiro subiu de cerca de 50 mil pessoas em 1988 para mais de 200 mil pessoas em 1989.

O processo liberalizador na Alemanha Oriental que evoluiu no contexto do desrespeito por parte das autoridades leste-alemãs dos entendimentos essenciais consagrados no Documento de Viena sentiu repercussões lógicas ocasionadas pela incoerência acima apontada. A proibição da divulgação dos órgãos de imprensa não só ocidentais mas também alguns soviéticos (*Notícias de Moscovo, Sputnik*) foi motivo de descontentamento popular. As restrições sobre a emigração provocaram uma fuga maciça dos alemães do leste para a RFA através da Hungria, da Áustria, da Checoslováquia e da Polónia durante o Verão de 1989.

Escusado será dizer que a supressão dos direitos da minoria turca pelas autoridades búlgaras de então e da minoria húngara na Roménia pelo clã de Ceausescu, contrárias aos entendimentos de Viena, provocaram em grande medida a queda dos regimes em ambos os países.

Por conseguinte, há razões para afirmar que o «grande culpado» pelas revoluções no Leste, longe de ser o único e o exclusivo, foi o processo de Helsínquia com todas as suas implicações no plano humanitário, visto que a partir de Janeiro de 1989 a abertura aos media ocidentais e o princípio da liberdade de expressão passaram a ser a prática rotineira no Leste e lá onde tal não sucedia surgiam consequências graves e até mesmo desastrosas para os regimes que desobedeciam à letra e ao espírito de Viena. A abertura do Leste deve-se em grande medida ao processo de Helsínquia que permitiu que as sociedades do Leste aceitassem os ideais universais de liberdade e de democracia consagrados nos direitos do homem.

O Documento de Viena contém vários pressupostos importantes relativos ao âmbito da informação, tais como a autorização da recepção normal de transmissões das emissoras estrangeiras no território nacional de qualquer Estado participante da CSCE, a autorização do acesso de indivíduos a fontes de informação e da posse, reprodução e divulgação de quaisquer materiais informativos, o exercício por jornalistas dentro da legalidade da actividade profissional sem recluir uma expulsão injustificada, o acesso livre do jornalista a quaisquer fontes de informação públicas e particulares, etc.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Documento Final do Encontro em Viena de 1986 dos representantes dos Estados participantes da CSCE. Viena, 1989.

O fórum de Londres sobre a informação (realizado em Abril-Maio de 1990 em conformidade com o Documento de Viena) onde foi aceite como base de discussão um pacote de 69 propostas, inclusive a sugestão soviética de criar um espaço aberto para a informação, fez ressaltar uma especificidade nunca antes observada no decorrer do processo de Helsínquia: as delegações ocidentais criticavam o Oeste, as do Leste dirigiam as suas críticas aos seus próprios países, enquanto a nível das relações leste-oeste reinava a concórdia. É preciso também ter em conta que desde 1987 e 1988 a cooperação no sector da informação foi estimulada a nível bilateral, sobretudo com a visita à União Soviética em 1988 do director de então da USIA Ch. Wick à cabeça da delegação dos EUA nas conversações soviético-americanas dedicadas às questões da informação. Na segunda ronda das conversações em 1990 ambas as partes realçaram a necessidade de melhorar as condições do exercício por jornalistas da sua profissão tanto na URSS como nos EUA, patenteando o seu desejo de abrir zonas não autorizadas para a deslocação de jornalistas.<sup>6</sup>

### **Glasnost e reforma política**

O problema do impacto dos media ocidentais sobre as reformas no Leste tem a ver com a *glasnost* na União Soviética. A aceitação eufórica desta no Ocidente não coincide com a evolução verdadeira do fenómeno. Embora o mundo ocidental tenha começado a falar da *glasnost* a partir de 1986, louvores a seu respeito seriam mais apropriados dois anos mais tarde. Segundo afirmou A. Iakovlev, o representante da ala democrática no Bureau Político do PCUS, a *perestroika* arrancou de uma maneira espectacular em Junho de 1987 e em Junho de 1988 com «as duas reformas principais - económica e a do sistema político».<sup>7</sup> Como é óbvio a *glasnost* não podia ser desvinculada da reforma política, se bem que a última tivesse sido bastante estimulada graças aos germes da transparência e da abertura na sociedade despertada. Também não pode ser negada a estreitíssima ligação da transparência com a revolução no domínio dos media na URSS.

Os exemplos da *glasnost* multiplicam-se com o aprofundamento da reforma política e entre os mais relevantes hão-de ser apontados os seguintes com o destaque especial nos meios de comunicação social.

---

<sup>6</sup> *The International Affairs*. Moscow, June, 1990, p.159

<sup>7</sup> *Pravda*, 5 de Maio de 1990, p. 6.

Foram lançadas várias publicações periódicas oficiais cheias de relatos de reuniões de cúpula mais recentes e de documentos outrora considerados classificados e secretos. Distingue-se entre elas *Izvestia* do CC do PCUS.

Há inúmeras publicações que ressurgiram como Fénix das cinzas e agora são quase independentes no sentido de serem isentas de qualquer controlo ideológico. De entre elas destaca-se o semanário *Argumenti e facti* («Argumentos e factos») que é, salvo erro, o maior título do mundo, com 32 milhões de assinantes em 1990.

Embora não haja rádio e televisão alternativas, a imprensa «livre» inundou a praça Puchkin no centro de Moscovo. Toleradas pelas autoridades, publicações de variadas sensibilidades políticas - desde monárquicas a anarquistas - e na sua maioria muito críticas em relação ao regime começam a identificar aquela parte do leque pluralista dos media que até há pouco não existia.

A rádio e a televisão sofreram uma reestruturação surpreendente. As morosas e vitorianas transmissões à moda do realismo socialista cederam lugar a noticiários e shows à americana. Programas como *Vzgliad* («Olhar») para jovens e «Antes e depois da meia - noite» transmitidos quase sempre em directo, que atentaram contra alguns cânones e vacas sagradas, passaram a ser os divertimentos predilectos dos telespectadores soviéticos.

A televisão irrompeu nos bastidores do poder, sendo largamente televisionada a XIX Conferência do PCUS. O primeiro Congresso dos Deputados do Povo que se realizou na sequência das primeiras legislativas alternativas na história soviética foi transmitido na íntegra pelo segundo programa da TV soviética. Os milhões de telespectadores souberam apreciar à medida das suas próprias convicções a estreia espectacular de Andrei Sakharov. Os posteriores congressos e as sessões do Soviete Supremo têm sido transmitidos desde então na sua totalidade pela TV central, à excepção dos casos melindrosos relativos por exemplo aos debates sobre a dispersão forçada dos manifestantes em Tbilíssi na república da Geórgia em Abril de 1989 ou sobre o conflito entre o Azerbaijão e a Arménia por causa do Nagómi Karabakh.

A conferência do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS no Verão de 1988, primeira do género na história soviética, recebeu uma cobertura inédita e provocou algum tempo mais tarde um descontentamento da parte da ala conservadora no Bureau Político no tocante à teorização de E. Chevardnadze sobre a nova mentalidade política.

Aliás no domínio da política externa, sem mencionar a transparência nunca vista desta, nota-se a publicação dos arquivos soviéticos relacionados com o famigerado pacto

Molotov-Ribbentrop<sup>8</sup> e de uns escassos arquivos relativos ao massacre dos oficiais polacos pelo NKVD, que não tiveram o triste destino dos numerosos arquivos da era stalinista alegadamente perdidos, isto é, destruídos.

O arranque da publicação do *Vestnik* ("Boletim") do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS desde o Verão de 1987 e o lançamento da sua versão em língua inglesa por uma *joint-venture* sovieto-austriaca a partir do mês de Março de 1990 são golpes de misericórdia no secretismo em política externa de outrora.

Mas como era de esperar observa-se também uma tendência contrária, cuja manifestação flagrante é o encerramento da edição mensal do movimento comunista internacional A *Revista Internacional*, com sede em Praga, que decidiu autoliquidar-se por motivos «materiais e técnicos».

Apesar de tudo seria ingénuo acreditar que as tradições de secretismo quase histórico têm os bastiões vencidos e o cidadão soviético já desfruta de uma liberdade plena e desinibida de expressão. O usufruto desta liberdade essencial ainda encontra obstáculos seriíssimos da parte do aparelho burocrático como se verificou no caso de Chernobyl. As dimensões verdadeiras e as estatísticas verídicas do desastre a respeito das zonas limítrofes à região contaminada foram tomadas públicas apenas de dois a quatro anos após o acidente radiológico e sob a forte pressão das populações habitantes das vastas zonas afectadas pelo sinistro.

A resistência conservadora também foi evidente na polémica que girava em torno do projecto-lei sobre a imprensa e outros meios de comunicação social entretanto aprovado. Indispensável como prova da conformidade com os documentos internacionais na matéria e como instrumento da compatibilização da legislação nacional com as normas respectivas internacionais, o projecto-lei tinha sido redigido e debatido em comissões do Parlamento, tendo em vista o direito de cada cidadão poder instituir um órgão de comunicação social e a necessidade de supressão da censura. Mas havia tentativas de sujeitar a actividade editorial e o funcionamento das emissoras da rádio e da televisão ao aviso prévio das instituições oficiais (para mitigar a expressão «ao consentimento dos fundadores, dos editores e das editoras») e pôr em causa o direito de um particular à instituição de um órgão de comunicação social sob o pretexto da pretensa impossibilidade económica da fundação dum órgão de imprensa por um indivíduo e por receio de um tal indivíduo ser um testa de

---

<sup>8</sup> *Vestnik*, 1, Março de 1990, p. 56-63.

ferro de uma organização não interessada em revelar a sua identidade.

No entanto, a votação da lei no Soviete Supremo pôs a nu o facto de os conservadores estarem a perder terreno, tendo a lei sido aprovada sem as referidas reservas e por uma maioria esmagadora dos votos.

Em conclusão e resumindo a tónica principal deste ensaio, desejaria pôr em destaque o seguinte. Do ponto de vista das mudanças operadas no sistema internacional, o problema do papel e do enquadramento global dos meios de comunicação social e da informação em geral tem a ver com o desaparecimento gradual dos invólucros ideológicos da informação e com a aquisição de características universais da comunicação internacional que compreendem, entre outras, facetas culturais e valores comuns partilhados por todas as nações com acesso à informação livre.

Os media, em virtude do seu carácter universalista de hoje, apresentam-se cada vez mais como instrumentos de mudança democrática dos regimes autárquicos e totalitários cujo isolacionismo político e ideológico, centuplicado pela intransponibilidade informativa, é sinal da decadência sistémica interna e da sua incapacidade de responder aos desafios do tempo.

Daí que a informação se transforme gradualmente de meio da política etnocêntrica e meramente nacional num mecanismo político transnacional ou universal, de produto e estímulo de economias nacionais em veículo da concorrência e da modernização a nível internacional, de instrumento da dominação cultural em meio da aproximação das nações.

Por conseguinte, as implicações do impacte dos media ocidentais em relação às reformas no leste da Europa e na União Soviética podem ser vistas na óptica da metáfora de G. Kennan, exposta na sua obra «As fontes da conduta soviética», metáfora essa aplicada inversamente para um sistema fechado que se vê obrigado a conter as correntes da informação livre para não permitir a mudança interna. Portanto, os povos do Leste são em certa medida vítimas do abalo do sistema das proibições e restrições de outrora e da inundação pelas correntes da informação superior em termos de valores.

É inevitável que na época da internacionalização a globalização dos media faça com que eles se revistam de uma importância transnacional e se convertam num veículo do desenvolvimento internacional e da convergência civilizacional.

A última observação tem relevância especial para diplomacias e políticas externas nacionais, com a sua conotação específica.

A informação tende cada vez mais a alargar a cooperação dos Estados, dos povos e dos indivíduos, a permitir-lhes um conhecimento mútuo mais profundo e mais fácil do que nunca na história da civilização.

Os satélites da TV, os computadores, os media transmitem dentro de segundos de um canto do globo para outro as imagens que na altura da mala-posta necessitavam meses de transportação. Este facto faz com que a intervenção de agentes diplomáticos de um governo junto de um outro governo seja cada vez mais substituída pelos meios de informação. Neste respeito a diplomacia no sentido tradicional como o interlocutor principal entre as nações está condenada à extinção, não querendo isto dizer que não haja necessidade de novas fórmulas diplomáticas multilaterais, humanitárias e evidentemente representativas. A informação tende cada vez mais a impor as suas regras tanto a políticas externas de Estados como a políticas em matéria de segurança, que têm sido expostas quer umas quer outras a abertura e transparência nunca vistas.

Desta maneira, a informação veiculada através dos media passa a ser um factor universal da desmilitarização e da humanização das relações internacionais, fazendo da transparência um meio do reforço de confiança entre governos e tornando a democracia num instrumento universal e acessível a todos os indivíduos e a todos os povos.